



RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2016

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 17 de março de 2017



metromondego

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2016

Índice

1.	SÍNTESE	3
2.	MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	4
3.	ESTRUTURA DE CAPITAL	6
4.	PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	7
5.	ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	7
	A. Mesa da Assembleia Geral	7
	B. Administração e Supervisão	8
	C. Fiscalização	11
	D. Revisor Oficial de Contas (ROC)	12
	E. Auditor Externo	13
6.	ORGANIZAÇÃO INTERNA	13
	A. Estatutos e Comunicações	13
	B. Controlo Interno e Gestão de Riscos	15
	C. Regulamentos e Códigos	17
	D. Deveres especiais de informação	17
	E. Sítio de Internet	18
7.	REMUNERAÇÕES	19
	A. Competência para a Determinação	19
	B. Comissão de Fixação de Remunerações	19
	C. Estrutura das Remunerações	19
	D. Divulgação das Remunerações	20
8.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	22
9.	ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL	23
10.	AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	25
11.	ANEXOS DO RGS	26

1. SÍNTESE

O Projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) e que, por inerência, se reflete na empresa Metro-Mondego, S.A. (Metro Mondego), atravessa um período de reavaliação e redefinição das condições e termos da sua realização, visando: a redução dos valores de investimento e a garantia de uma análise (custo-benefício) socioeconómico positiva - imprescindível para assegurar a disponibilização de novos fundos (nomeadamente comunitários) - e a consequente revisão do calendário previsto para a sua implementação.

Encontra-se em elaboração pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil um estudo que deverá concluir sobre o tipo de transporte, sobre o financiamento, prazos de concretização e que fundos serão aplicados e disponibilizados.

Seguidamente à conclusão deste estudo, são esperadas orientações da Tutela e definições futuras.

A falta de orientações tem provocado limitações na atividade da empresa, particularmente restrita em matéria de investimento, nomeadamente, associado à realização das infra estruturas de longa duração, operando-se prioritariamente: na gestão, acompanhamento e pagamento dos serviços rodoviários alternativos ao ramal da Lousã (Serviços Alternativos); na realização de estudos e emissão de pareceres sobre projetos situados na área de intervenção do projeto (numa extensão de cerca de 40Km); no assegurar da satisfação das condições determinadas na Declaração de Impacto Ambiental; na gestão e manutenção do património, em situações de risco e que possam provocar sérios danos a terceiros (como o caso dos devolutos edifícios da baixa); e na gestão eficiente dos custos de estrutura.

Enquanto não forem aprovadas as novas orientações, vertem-se no presente documento, necessariamente, as definições e orientações anteriores e no sentido de assegurar a (re)validação de posições e tendo presente a necessidade de responder a todas as solicitações da tutela, bem como na preservação das condições que permitam o posterior retomar e conclusão do projeto.

Contamos ser o mais objetivos possível, dentro do que nos é possível abordar e apresentar em face do que é solicitado.

2. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A Metro Mondego é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando o sector empresarial do estado (cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto).

Os membros do Conselho de Administração da Metro Mondego estão sujeitos ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro.

De acordo com os respetivos estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de Janeiro, as participações sociais no capital dos acionistas do Metro Mondego correspondem às percentagens seguintes: a) Estado — 53%; b) Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã — 14% cada um; c) REFER — 2,5%; d) CP — 2,5%.

A Metro Mondego é concessionária, em regime de serviço público, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície nas áreas dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, tal como consta das Bases da Concessão, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de Janeiro e alteradas pelo Decreto-Lei n.º 226/2004, de 6 de Dezembro.

Enquanto concessionária, a Metro Mondego tem como objeto e atividade principal a realização das prestações inerentes à concessão, ou seja, a conceção, projeto, realização das obras de construção, fornecimento, montagem e manutenção do material circulante e dos demais equipamentos que constituem o sistema objeto da concessão e sua exploração.

Pode ainda exercer as seguintes atividades autónomas, que são acessórias do objeto da concessão e destinam-se a assegurar os fins sociais do sistema de transporte concessionado e o equilíbrio comercial da sua exploração: a) Exploração comercial, direta ou indireta de estabelecimentos comerciais, escritórios, salas de exposições, máquinas de venda de produtos e serviços de publicidade aposta nas instalações do sistema ou no material circulante; b) Promoção, direta ou indireta, da construção ou venda de edifícios para fins comerciais, industriais ou residenciais nos terrenos ou edifícios que integrem o seu património, nomeadamente, devido a entradas dos acionistas; c) Prestação de serviços, nomeadamente de consultadoria e de apoio técnico; d) Transferência de tecnologia e de *know-how*.

A partir de 2006 e por decisão da Tutela, o sistema de metro ligeiro de superfície nas áreas dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã passou, também, a ser denominado de Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM). Este inclui o aproveitamento do ramal centenário da Lousã com o retomar da ligação à Estação Coimbra B (Linha do Norte), ao qual se acrescenta um troço inteiramente em pleno centro urbano de Coimbra, com ligação à Universidade, aos HUC e ao Hospital Pediátrico. O sistema em termos dos projetos de execução aprovados, assenta no conceito *tram-train*, a realizar, possivelmente, em 2 Fases. A 1ª Fase, que inclui a criação de interfaces e a modernização do Ramal da Lousã, tendo, na altura, sido definido que as principais obras (ILD) decorressem sob a responsabilidade da CP e

REFER (atualmente Infraestruturas de Portugal – IP) mas sob a coordenação geral da Metro Mondego. A 2ª Fase (Troço designado Linha do Hospital), decorrerá, previsivelmente, sob responsabilidade da Metro Mondego.

O Investimento a realizar depende das orientações estratégicas que vierem a ser definidas. A Metro Mondego aguarda que sejam criadas condições e definições estratégicas quanto ao projeto.

O Investimento realizado até 2013 é de 107,2M€. Incluem os investimentos com a abertura do Canal na Baixa de Coimbra e os trabalhos de construção das ILD em 30,6 Km, entre Serpins e Alto de S. João (Coimbra) - com levantamento dos carris e interrupção do serviço ferroviário (entre Serpins e Parque e sua substituição pelos Serviços Alternativos)¹.

A partir daqui só foram realizados investimentos pontuais por necessidade para além dos custos de funcionamento e de transportes de pessoas assegurado pelos Serviços Alternativos.

O projeto do SMM torna-se essencial à resolução dos problemas de mobilidade e integração intermodal (interoperabilidade), que se verificam atualmente.

A Metro Mondego pode ser considerada, essencialmente, uma empresa de projeto, não tendo receitas de exploração, uma vez que o SMM não se encontra em exploração do serviço público.

A Metro Mondego, aguarda orientação estratégica por parte das Tutelas (Financeira e Transportes) relativamente ao retomar do projeto. Não existe serviço público e não existe operação, no âmbito das bases de concessão. Os resultados da empresa estão assentes em custos de funcionamento e despesas de investimento, essencialmente associadas aos Serviços Alternativos que são financeiramente assegurados pela Metro Mondego. O projeto não se encontrando concluído não permite a existência de receitas de operação impossibilitando a definição de fatores chave para alcançar resultados.

A Metro Mondego, sem prejuízo da nova definição pela Tutela e acionistas, mantém como Visão a promoção e realização do transporte público – o SMM – atrativo, moderno, eficiente e sustentável, como contributo essencial para o desenvolvimento e economia da região e atento ao objetivo de internacionalização do sistema urbano da região como previsto no PNPTOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território). Para tal é essencial a melhor atenção na satisfação (nesta fase de não degradação e melhoria) das condições de mobilidade das populações, procurando o reforço da intermodalidade e integração entre os diversos sistemas de transporte e das políticas de mobilidade com o ordenamento do território. Para alcançar estes valores é essencial a articulação com cada um dos municípios e com a CIM (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra).

A Metro Mondego, tem vindo a cumprir o Plano de Atividades e Orçamento anual apresentado em Assembleia Geral. Enquadrado no plano previsto, a execução regista-se abaixo do orçamentado, não só pelo esforço em reduzir custos (apesar de existir um limite mínimo a partir do qual é impossível ultrapassar) mas também pelo adiamento de despesas pela

¹ Após a abertura de um primeiro Concurso, em 2005, que veio a ser anulado, foram, ainda, construídos (em 2007 e 2009) os novos Interfaces de Ceira (Sobral de), Miranda do Corvo e Lousã, para além da abertura do Canal na Baixa de Coimbra e realização dos trabalhos de construção das ILD em 30,6 Km, iniciados em Dezembro de 2009 e concluídos em Março de 2012.

indefinição existente. Em termos práticos e a título de exemplo, os investimentos funcionais só são realizados quando ameaça o colapso funcional da estrutura.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social é representado por 1.075.000 ações de valor nominal de 1 euro (todas da mesma categoria, não existindo direitos preferenciais). Não se regista alteração do capital social desde 2001.

<p>O capital social da Metro-Mondego, S.A. (1.075.000 €) está, desde Junho de 2001, distribuído pelos acionistas da seguinte forma:</p>	Estado	53%
	Município de Coimbra	14%
	Município de Miranda do Corvo	14%
	Município da Lousã	14%
	REFER (Infraestruturas de Portugal)	2,5%
	CP	2,5%

A oneração de ações, ou a sua alienação a terceiros, ficam sujeitas a autorização prévia por parte da Tutela Financeira e Técnica.

O acordo parassocial dos acionistas da Metro Mondego, celebrado a 03/07/2001, encontra-se desatualizado em face das alterações aos estatutos ocorridas, na parte em que estabelece (no artigo 4.º) que, relativamente ao Conselho de Administração, o “Estado terá o direito a designar quatro membros, e de entre eles o presidente” e que “O grupo de acionista constituído pelos Municípios terá o direito a designar três membros”. De igual modo, prevê a existência de uma comissão executiva, entretanto suprimida, onde figurariam obrigatoriamente dois dos administradores designados pelo Estado - sendo um deles o presidente do conselho de administração - e um dos administradores designado pelos Municípios.

No artigo 6.º, o referido acordo refere que, quanto à mesa da assembleia geral, cabe ao Estado designar o presidente, aos Municípios o Vice-presidente, e à CP e REFER (atual Infraestruturas de Portugal), alternadamente, o secretário.

Mais se diz, no artigo 7.º, que a designação do fiscal único efetivo caberá ao Estado.

Com a alteração dos Estatutos, operada na Assembleia Geral de 07 de Novembro de 2012, o Conselho de Administração passou a ser constituído por três elementos (em vez dos anteriores sete), dos quais apenas um é executivo (em vez de três).

Na sequência desta alteração e em respeito com o atual regime de nomeação de gestores públicos a lista para o Conselho de Administração foi apresentada pelo Estado depois dos respetivos nomes terem sido apreciados pela CReSAP.

4. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

A Metro Mondego não tem nem alienou qualquer participação social em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.

À Metro Mondego não chegou qualquer comunicação que altere a posição relativamente ao facto de não existirem participações sociais, quer de qualquer órgão social quer da empresa, que, direta ou indiretamente, provoquem conflitos de interesse, atuais ou potenciais, entre membros de órgãos sociais e a sociedade, designadamente de despesas por si realizadas.

Os membros dos órgãos de administração têm presente que não podem interferir e decidir em interesses próprios, excluindo-se destes processos quando existam.

Acresce que não existem relações comerciais entre a Metro Mondego e os titulares de participações, à exceção da que respeita aos reembolsos à CP pelos valores por esta pagos pelos Serviços Alternativos, o que tem legal enquadramento nas Bases da Concessão.

5. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual em 2016	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2012-2014	Presidente	Luís Miguel Correia Antunes	615	-
2012-2014	Vice-Presidente	Paulo Jorge Carvalho Leitão	308	923
2012-2014	Secretária	Sónia Pujalrás	308	923

(1) Valor da Senha de presença fixada

(2) Não são aplicáveis reduções remuneratórias

O mandato para o triénio de 2012 a 2014 teve início a 7 de novembro de 2012.

Em Assembleia Geral Ordinária de 2016 (18/05/2016; 23/06/2016 e 06/09/2016), no ponto quatro, o Acionista maioritário Estado propôs votar favoravelmente a não deliberação da eleição dos órgãos sociais “por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito”, o que em termos práticos, significa que os titulares dos órgãos sociais continuaram no exercício de funções.

Quanto à assembleia geral, de acordo com o n.º 2 do artigo 12.º dos estatutos: “As deliberações que importem alterações aos estatutos, aumentos e reduções de capital, emissão

de ações preferenciais e realização de prestações acessórias, fusão, cisão ou dissolução só poderão ser aprovadas com o voto concordante, em primeira convocação de assembleia geral, de acionistas que representem pelo menos dois terços do capital social”.

Dispõe o n.º 3 do mesmo artigo que: “Em segunda convocação, as deliberações referidas no número anterior podem ser aprovadas por votos que representem a maioria do capital”.

No que respeita ao conselho de administração, de acordo com o n.º 2 do art. 17.º dos estatutos, o mesmo não poderá deliberar qualquer um dos assuntos a seguir mencionados sem o acordo da maioria dos seus membros:

- a) Alienação, oneração ou locação de ativos corpóreos, incorpóreos e financeiros, bem como a realização de operações que impliquem o financiamento a terceiros ou endividamento da sociedade de montante igual ou superior a 10% dos capitais próprios tal como constarem do último balanço devidamente aprovado;
- b) Participação da sociedade no capital de outras sociedades, em agrupamentos complementares de empresas, e a celebração de contratos de consórcio e de quaisquer outros acordos ou contratos de cooperação e de associação em participação;
- c) Lançamento de concursos ou procedimentos para a contratação das prestações necessárias à conceção e projeto, à realização das obras de construção, ao fornecimento, montagem e manutenção do material circulante e dos demais equipamentos que constituem o sistema de metro e à sua exploração, bem como as respetivas adjudicações;
- d) Abertura de sucursais, delegações, escritórios de representação e a alteração do local da sede social;
- e) Âmbito das atribuições e competências da comissão executiva;
- f) Vinculação em qualquer ato ou contrato cujo impacto financeiro global para a sociedade seja superior a 10% dos capitais próprios desta, tal como constarem do último balanço devidamente aprovado.

B. Administração e Supervisão

Compete à Assembleia Geral a nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração e restantes Órgãos Sociais nos termos da alínea b), do n.º 1 do artigo 12.º dos estatutos.

1. O modelo de governo adotado pela Metro Mondego é o modelo clássico composto pelo Conselho de Administração, Fiscal Único e Assembleia Geral.
2. O Conselho de Administração é composto por 3 membros (desde novembro de 2012), incluindo o Presidente do Conselho de Administração designados por um período de 3 anos. Esta estrutura do Conselho de Administração é fixa. O mandato para o triénio de 2012 a 2014 teve início a 7 de novembro de 2012. Em Assembleia Geral Ordinária de 2016 (18/05/2016; 23/06/2016 e 06/09/2016), no ponto quatro, o Acionista maioritário Estado propôs votar favoravelmente a não deliberação da eleição dos órgãos sociais “por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito”.
- 3.

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº de mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012-2014	Presidente (executivo)	João José Nogueira Gomes Rebelo	AG	1	(1)
2012-2014	Vogal (não executivo)	Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira	AG	5	(2)
2012-2014	Vogal (não executivo)	Leonel Serra Nunes Pedro	AG	1	

(1) Por cedência especial de interesse público (CCDRC). Entre 4 de maio de 2010 e 7 de Novembro de 2012 foi Vogal Executivo.

(2) O Vogal Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira iniciou o 1º mandato a 6 de junho de 2002.

4. Não existe Conselho Geral e de Supervisão.
5. A síntese curricular de cada um dos membros dos órgãos sociais encontra-se em anexo a este relatório.
6. Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais ou significativas de qualquer membro do Conselho de Administração com acionistas.
7. Ao Conselho de Administração cabe designadamente o desempenho das seguintes funções: execução, acompanhamento e controlo das prestações do contrato ou contratos celebrados; elaboração do projeto e plano de atividades e orçamento da sociedade; supervisão de todos os departamentos e serviços da sociedade; seleção e contratação de pessoal, técnicos e consultores; gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações respeitantes ao objeto social; representar a sociedade; estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno quanto ao pessoal e à remuneração; exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pela lei ou pela assembleia geral.

O Conselho de Administração reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês, só podendo deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros. Em 2016 o Conselho de Administração reuniu 18 vezes, sempre com a presença dos 3 elementos que o compõem. A delegação de competências de gestão no Presidente do Conselho de Administração não exclui a competência do Conselho de Administração para tomar resoluções sobre os mesmos assuntos. O Presidente do Conselho de Administração está obrigado a prestar ao Conselho de Administração todas as informações relativas aos negócios da sociedade, em ordem a permitir o acompanhamento da gestão da empresa e o esclarecimento de questões concretas das matérias delegadas. Durante os anos de 2014 e 2015 foram realizadas, respetivamente, 24 e 18 reuniões do Conselho de Administração, com a presença de todos os seus membros.

No novo modelo de governo da Metro Mondego, o Presidente do Conselho de Administração é, como referido, o único elemento executivo.

A estrutura reduzida da Metro Mondego, tem tornado desnecessária a utilização da figura da delegação de competências.

Não existem comissões no seio do órgão de administração e o Fiscal Único afigura-se como o órgão da sociedade competente para avaliar o desempenho dos administradores, para além da Assembleia Geral.

Os Administradores não executivos elaboram uma análise anual à Gestão da Sociedade.

A avaliação de desempenho do Administrador Executivo assenta em critérios pré-determinados, constituídos pelos seguintes indicadores:

- Estratégia de gestão, tendo em vista a minimização da assunção de compromissos de investimento para além dos já estabelecidos e imprescindíveis;
- Redução de despesa, de acordo com a lei aplicável e as instruções da Tutela;
- Adequação da estrutura à atividade da sociedade;
- Atuação de acordo com o interesse dos acionistas e o interesse público inerente à Concessão.

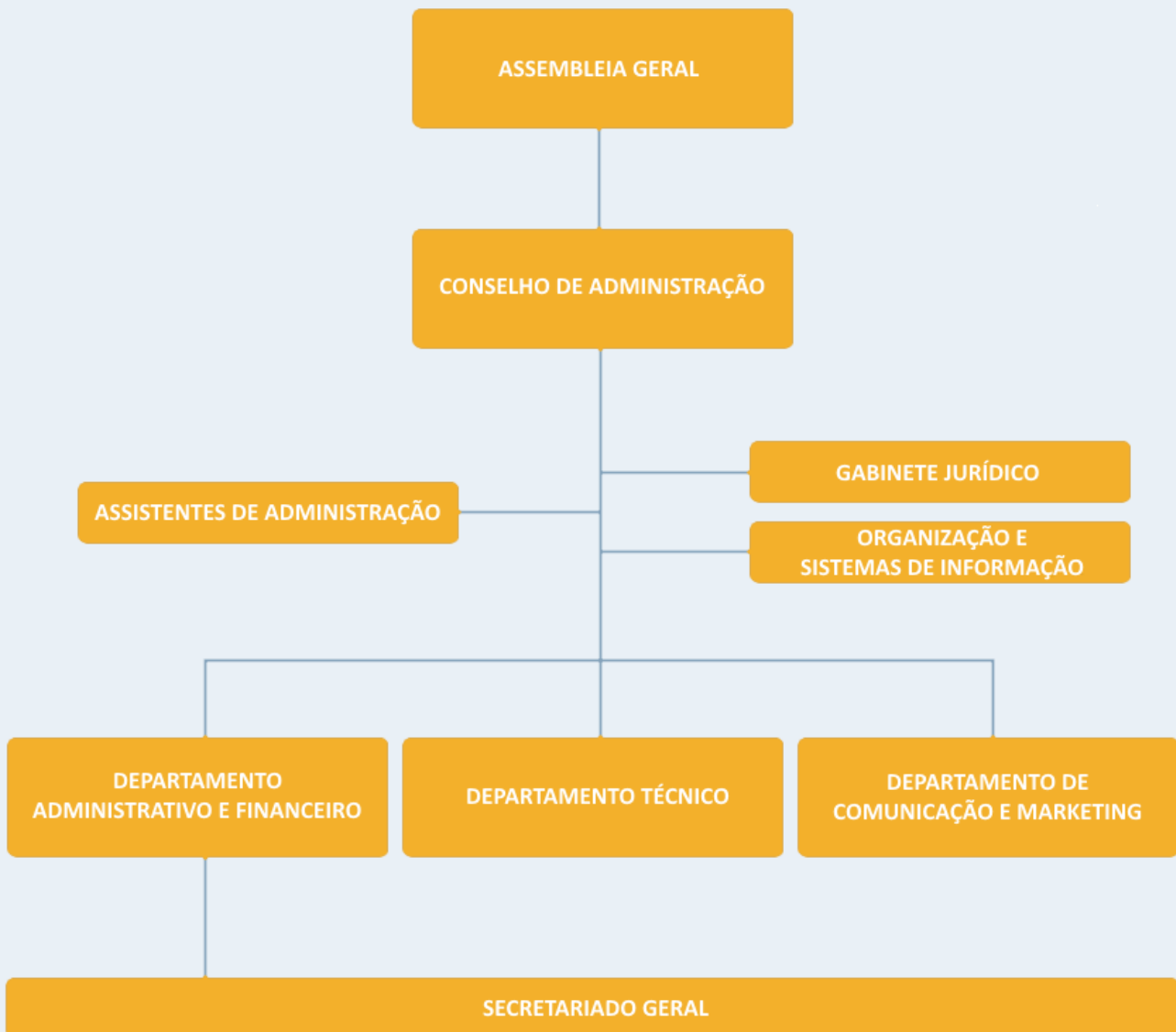
A Assembleia Geral assume-se como o Órgão Social competente para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, tendo vindo a manifestar votos de louvor pela prestação demonstrada.

Cargo	Nome	Exerce outras funções	Instituição	Remunerada
Presidente (executivo)	João Rebelo	(a)	-	Não
Vogal (não executivo)	Carlos Ferreira	Sim	Câmara Municipal Miranda do Corvo	Sim
Vogal (não executivo)	Leonel Pedro	Sim	CP	Sim

(a) É Vogal da Direção da “Casa de Repouso de Coimbra (ISS)”, Fundação particular de solidariedade social sem fins lucrativos. Vogal da Direção, não remunerado sem funções executivas. Autorizado pela tutela, conforme ofício nº 5078, de 9 de agosto de 2013, da DGTF.

Os Órgãos Sociais e o Conselho de Administração foram propostos pelo acionista maioritário Estado (53%), logo os seus elementos do Conselho de Administração são considerados independentes.

8. Organograma da Metro Mondego:

**C. Fiscalização**

A fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, com os poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

A síntese curricular encontra-se em anexo a este relatório.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

ROC efetivo: Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833) em representação da Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados (SROC nº 116).

Suplente: Dr. João Manuel Rosa Lopes (ROC nº 1029).

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Nº de anos de funções exercidas
		Nome	Nº	Forma	Data		
2012-2014	Fiscal Único Efetivo	José de Jesus Gonçalves Mendes	833	AG	04-05-2010	2	7
2012-2014	Fiscal Único Suplente	João Manuel Rosa Lopes	1029	AG	04-05-2010	2	0

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual 2016	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2012-2014	Fiscal Único	Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados	10.000	9.631

(1) Valor Bruto Anual fixado;

(2) Antes de reduções remuneratórias.

Identificação SROC/ROC	
Nome	Nº CMVM
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados	20161435
José de Jesus Gonçalves Mendes	20160459
João Manuel Rosa Lopes	20160643

O mandato para o triénio de 2012 a 2014 teve início a 7 de novembro de 2012 com duração até 31 de dezembro de 2014. A eleição dos corpos sociais foi omissa quanto à eleição do Revisor Oficial de Contas, tendo o mesmo continuado a exercer funções.

Conforme já referido anteriormente, em Assembleia Geral Ordinária de 2016, suspensão e seguintes (18/05/2016; 23/06/2016 e 06/09/2016), no ponto quatro, o Acionista maioritário Estado propôs a não eleição dos órgãos sociais “por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito”.

O exercício de funções do atual ROC cumpre 7 anos até 31 de dezembro de 2015, estando, assim, em conformidade com o disposto no nº 2 do art. 54º da Lei 140/2015, de 7 de setembro.

A Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados presta serviços enquanto fiscal único desde 4 de maio de 2010, eleito para o triénio 2010/2012, tendo continuado em funções até à data.

Não foram prestados outros serviços para além da Revisão Legal das Contas.

A Metro Mondego não participa da escolha do Revisor Oficial de Contas sendo matéria da competência dos Acionistas, assegurando desta forma a independência da gestão e da fiscalização.

E. Auditor Externo

De acordo com os estatutos da Metro Mondego, não existe Auditor Externo.

6. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Estatutos e Comunicações

As alterações dos estatutos estão sujeitas às regras gerais, concretamente, ao disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (artigo 36.º) e no Código das Sociedades Comerciais.

- **Decreto-Lei 10/2002 de 24 de Janeiro**

Este documento atribui à Metro Mondego a concessão de serviço público, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície nos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

Define as **Bases de Concessão do Sistema de Metro Ligeiro de Superfície**, orientadoras quanto a disposições e princípios gerais, bens e meios afetos à concessão, regime financeiro, relações com o concedente, obrigações diversas da concessionária e escolha da subconcessionária.

Aprova ainda os **Estatutos da Sociedade**. Estes vieram a ser objeto de alteração na Assembleia Geral da Metro Mondego realizada em 7 de Novembro de 2012, em concreto o seu artigo 16º, passando o Conselho de Administração a ser constituído (reduzido para) por três administradores, dos quais só um executivo.

- **Decreto-Lei 226/2004 de 6 de Dezembro**

Altera o DL 10/2002, introduzindo algumas alterações, designadamente, decorrentes da aplicação do regime jurídico previsto no Decreto-Lei 86/2003, de 26 de Abril e alargamento do prazo de concessão para 40 anos.

- **Ata nº 49 da Assembleia Geral de 7 de Novembro de 2012**

Alteração do artigo 16.º dos Estatutos para a seguinte nova redação:

Composição

- 1- O conselho de administração é composto por três membros
- 2- O conselho de administração integra um administrador executivo, ao qual é delegada a gestão corrente da sociedade e os seguintes poderes ou competências, entre outras a constar em regulamento aprovado pelo conselho de administração:
 - a. Execução, acompanhamento e controlo das prestações do contrato ou contratos celebrados pela sociedade, designadamente de subconcessão, para a conceção, projeto, realização das obras de construção, fornecimento e montagem do material circulante e exploração e para supervisão e coordenação das ações a realizar pela empresa que vier a ser escolhida para a fiscalização daquelas prestações;
 - b. Elaboração do projeto de plano de atividades e orçamento da sociedade e ainda das contas semestrais da sociedade;
 - c. Supervisão de todos os departamentos e serviços da sociedade;
 - d. Seleção e contratação de pessoal, técnicos e consultores necessários à promoção e acompanhamento das atividades da sociedade, desde que de acordo com o plano de atividades e orçamento aprovado;
 - e. Vinculação da sociedade, em quaisquer atos ou contratos, desde que inseridos em projetos, medidas, planos de negócios ou outros documentos previamente aprovados pelo conselho de administração, assim como a emissão de ordens de pagamento, cheques ou transferências bancárias necessários à execução dos atos ou contratos aqui referidos.

A dimensão reduzida da Metro Mondego e a segregação de funções, quanto possível, são mecanismos que previnem a fraude organizacional. Esta situação deverá ser revista aquando do crescimento da empresa.

A sociedade tem em vigor e atualizado, revisto em dezembro de 2016, um plano de prevenção dos riscos de corrupção. Acresce ainda, apesar da reduzida dimensão, o facto de a Metro Mondego ter começado a promover uma reunião anual geral interna de identificação e debate de fraude e corrupção no sentido de identificar mecanismos de mitigação quanto a possíveis situações de fraude e corrupção.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é disponibilizado no site institucional:

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/PlanoAntiCorrup%C3%A7%C3%A3o/tabid/212/Default.aspx>

Relativamente aos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade, a reduzida estrutura permite que o controlo sectorial seja efetuado reciprocamente, pela intervenção de, pelo menos, dois profissionais, em contacto permanente e direto com o Conselho de Administração. Qualquer suposta irregularidade que ocorra num certo departamento chega imediatamente ao topo da hierarquia societária, devido à já referida inexistência de uma organização estratificada.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

Sendo a Metro Mondego uma entidade de reduzida dimensão, não é impeditivo de apresentar uma estrutura organizada. Desde a aplicação de uma política de segregação de funções, sempre que é possível aplicar, a adoção de processos administrativos e de funcionamento integrados, tais como *workflows* automáticos que segmentam passos de tarefas, para obter um melhorado controlo interno. A utilização de gestão documental e a adoção de um *software* de gestão integrado demonstram a preocupação sobre o controlo da atividade desenvolvida pela empresa. A informação financeira complementada com uma abordagem analítica de projetos, *workorders*, naturezas e recursos aliando o processo de validação em sistema de *workflow* para uma adequada validação da informação inserida, possibilitam um nível de detalhe informativo sob vários prismas. O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, atualizado e aprovado em dezembro de 2016, em anexo, estabelece orientações sobre a prevenção de riscos de gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, os critérios de risco, as funções e as responsabilidades na estrutura e organização. O Plano encontra-se atualmente em processo de revisão e atualização.

O sistema de controlo interno implementado na empresa é compatível com a reduzida dimensão da empresa. Numa base anual é realizado o Plano de Atividades e Orçamento que tem acompanhamento da execução mensal e emissão de relatórios trimestrais pelo Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) e acompanhamento pelo Revisor Oficial de Contas com emissão do relatório que são conjuntamente apresentados ao Conselho de Administração e submetidos no SIRIEF (DGTF).

Os administradores não executivos acompanham regularmente a situação da empresa através das reuniões de Conselho de Administração.

O Controlo Financeiro é também supervisionado pelas DGTF, DGO, INE, IGF e TC.

Não existe um órgão específico de gestão e controlo de risco, sendo naturalmente uma tarefa do DAF que realiza a monitorização mensal da execução comparativamente ao previsto, despoletando um alerta à Administração sempre que seja possível identificar probabilidades de desvios futuros ou na verificação desses desvios. Adicionalmente, cada departamento tem pelo menos um responsável por projetos (subdivisão atribuída a vários tipos de atividade no ano), que tem a responsabilidade de controlar a respetiva execução face ao plano orçamental.

A Metro Mondego identifica os seguintes riscos de atividade:

Riscos Económicos	Na atual situação do projeto, os riscos económicos presentes advêm de fatores externos, que impeçam a definição e apresentação de solução para o sistema de mobilidade do mondego. O adiamento sucessivo do projeto é também o reflexo das dificuldades económicas do país. Ao mesmo tempo, essas condições económicas adversas têm provocado redução da procura nos concelhos envolvidos e com impacto direto na viabilidade do investimento a realizar.
Riscos Financeiros	As variações das taxas de juro podem ser relevantes na tomada de decisões de financiamento para o projeto. Atualmente a Metro Mondego não tem qualquer solução de financiamento em curso. A eventual não atribuição da dotação em Orçamento de Estado/Apoios Comunitários
Riscos Operacionais	O adiamento da implementação do projeto e a solução alternativa rodoviária podem provocar uma habituação dos atuais utilizadores com sérias penalizações na implementação de uma solução devidamente enquadrada. A segurança dos utentes que utilizam o serviço alternativo rodoviário, que já dura há mais de 6 anos, na sequência do incremento do número de viaturas pesadas de passageiros em estradas sinuosas e a degradação do estado dessas estradas.
Riscos Jurídicos	As alterações legislativas, com impacto nas bases de concessão ou matérias jurídicas relevantes com impacto na empresa.

A elaboração das contas bem como de relato financeiro não estão separadas devido ao facto de não haver dimensão mínima para que a segregação funcional seja efetivamente possível nesta área. Toda a informação provém do Departamento Administrativo e Financeiro, fazendo contudo, separação entre a produção de contas e o relato das mesmas. A empresa faz vários reportes de informação financeira, espelhado no quadro abaixo.

Entidade	Tema	Informação	Periodicidade
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - DFC/DFC Previsional Ajustada	Mensal
DGO	SIGO	Despesas com Pessoal	Mensal
DGTF	SIRIEF	Informação estável - Carregamento de Documentos	Trimestral
INE	WEBINQ	Inquérito Trimestral - Contas	Trimestral
DGO	Sigo	Execução Trimestral	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - PMP, Dívidas Vencidas, UT	Trimestral
DGO	Serviços Online	Balancete Analítico	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - SNC, UTE	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Responsabilidades Contingentes	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Execução (Endividamento, DACP, Indicadores RH, EFP, Passivo Remunerado, Benefícios)	Anual
DGTF	SEE	Informação Site SEE (Informação financeira, Modelo Governo, EFP, Remunerações)	Anual
Tribunal de Contas	TC	Prestação de Contas	Anual

As contas anuais da empresa são divulgadas no *site* institucional:

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/Relat%C3%B3rioContas/tabid/61/Default.aspx>

C. Regulamentos e Códigos

A Metro Mondego obedece ao Estatuto do Gestor Público bem como aos estatutos da sociedade.

Em matéria de contratação pública a Metro Mondego aplica as seguintes medidas:

- A despesa, independentemente do valor, é sempre sustentada por informação fundamentada do Departamento que a sugere, com sujeição à apreciação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar.
- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas muito frequentes ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da Metro Mondego e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;

A Metro Mondego disponibiliza o Código de Ética no *site* institucional:

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/C%C3%B3digode%C3%89tica/tabid/205/Default.aspx>

Será atualizado decorrente das orientações que vierem a ser definidas quanto ao projeto.

O plano de anticorrupção foi divulgado internamente por email, com a última revisão realizada em dezembro de 2016, encontrando-se disponível no *site* institucional:

<http://www.metromondego.pt/LinkClick.aspx?fileticket=Y33JeQb6GuQ%3d&tabid=212>

Foi realizada revisão, a 12 de dezembro de 2016, após ter circulado por todos os colaboradores, a atualização do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

As medidas mitigadoras dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas adotadas constam do referido Relatório na sua Parte III (Medidas Preventivas dos Riscos).

D. Deveres especiais de informação

A Metro Mondego, dando cumprimento aos deveres de informação, nomeadamente ao reporte da informação económica e financeira, comunica para a plataforma SIRIEF, para o Setor Empresarial do Estado, para a DGO, tanto pelos Serviços Online como no SIGO. Encontra-se ainda a realizar prestação de contas ao Tribunal de Contas e ao INE, conforme já indicado no ponto B – Controlo Interno e Gestão de Riscos.

A Metro Mondego disponibiliza, após aprovação em Assembleia Geral, no seu site institucional o Relatório e Contas para consulta do público em geral, contendo a informação relativa à atividade da empresa do período a que respeita no âmbito do cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita.

E. Sítio de Internet

O site institucional da Metro Mondego é <http://www.metromondego.pt>.

Nele estão disponibilizados:

a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC

<http://www.metromondego.pt/Contactos/tabid/79/Default.aspx>

b) Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Estrutura/Estatutos/tabid/214/Default.aspx>

c) Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Estrutura/%C3%93rg%C3%A3osSociais/tabid/179/Default.aspx>

d) Documentos de prestação de contas anuais

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/Relat%C3%B3rioContas/tabid/61/Default.aspx>

e) Obrigações de serviço público: inexistente em consequência da interrupção do projeto de SMM.

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos 3 anos

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/Dota%C3%A7%C3%B5esdoOr%C3%A7amentodeEstado/tabid/215/Default.aspx>

7. REMUNERAÇÕES

A. Competência para a Determinação

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são estabelecidas por uma Comissão de Fixação de Remunerações, constituída por 3 membros, estando os atuais montantes definidos de acordo com a Ata nº 2 de 22 de Julho de 2003. Desde essa data, a Comissão não voltou a deliberar e atualmente não está nomeada nova Comissão.

As remunerações estão abaixo do estipulado no Estatuto do Gestor Público, de acordo com a classificação da sociedade como categoria C.

O Administrador Executivo prescindiu, embora previsto, da utilização de viatura para uso total, fazendo apenas utilização exclusiva de deslocação em serviço.

As nomeações dos membros da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão de Fixação de Remunerações (CFR) são da competência dos acionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	CFR
Remuneração dos membros da Comissão Executiva	CFR
Remuneração dos dirigentes	NA

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não está nomeada.

C. Estrutura das Remunerações

As remunerações dos elementos da Mesa da Assembleia Geral são realizadas sob a forma de senhas de presença. Os elementos do Conselho de Administração auferem um vencimento mensal. O elemento executivo obtém uma remuneração base (14 meses) e despesas de representação (12 meses), acrescendo o subsídio de almoço por cada dia trabalhado. Quanto aos elementos não executivos auferem uma remuneração base (14 meses).

As remunerações processadas estão de acordo com a ata nº 2 da Comissão de Fixação de Remunerações e em sintonia com o Estatuto do Gestor Público e a Legislação em relativa aos cortes remuneratórios aplicáveis em 2016.

Não existem remunerações variáveis nem contrato de gestão com prémios definidos.

A Metro Mondego não detém qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada, tanto para administradores como para trabalhadores.

Não houve, em 2015, indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

D. Divulgação das Remunerações

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Presidente (executivo) João Rebelo	Vogal (não executivo) Carlos Ferreira	Vogal (não executivo) Leonel Pedro	Total CA
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	88.806 €	9.876 €	9.658 €	108.340 €
Entidade pagadora (origem/Destino)				
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	70.485 €	7.960 €	7.775 €	86.220 €
1.1. Remuneração Anual	58.866 €	8.496 €	8.440 €	75.802 €
1.2. Despesas de Representação (Anual)	17.663 €	-	-	117.663 €
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	-	-	-	-
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	3.826 €	431 €	431 €	4.688 €
1.5. Redução decorrente da Lei OE	2.217 €	105 €	234 €	2.556 €
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	-	-	-	-
1.7. Reduções de anos anteriores	-	-	-	-
2. Remuneração variável	-	-	-	-
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	-	-	-	-
4. Outras (identificar)	-	-	-	-
Subsídio de deslocação	-	-	-	-
Subsídio de refeição	948 €	-	-	948 €
Encargos com benefícios sociais				-
Regime de Proteção Social (CGA/ADSE/Segurança Social)	16.726 €	1.916 €	1.883 €	20.525 €
Seguros de saúde	-	-	-	-
Seguros de vida	-	-	-	-
Seguro de Acidentes Pessoais	647 €	-	-	647 €
Outros (indicar)	-	-	-	-
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)				
Entidade (identificar)	Não	-	-	
Remuneração Anual	-	-	-	

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores Mensais Bruto €	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas Representação
Presidente	N	C	3.914	1.566
Vogal	N	C	979	n/a
Vogal	N	C	979	n/a

Nota: Valores de referência de acordo com o EGP para a categoria C da empresa

Membro do CA	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa**	Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Após Reduções (3)=(1)-(2)
João Rebelo	n/a	76.529	76.529	8.033	1.989	70.485
Carlos Ferreira	n/a	8.496	8.496	635	99	7.960
Leonel Pedro	n/a	8.440	8.440	887	222	7.775

Membro CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime Proteção Social		Seguro Saúde	Seguro Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago	Identificar	Valor			Identificar	Valor
João Rebelo	4,27	948	CGA	16.726	n/a	sim	n/a	n/a
Carlos Ferreira	n/a	n/a	SS	1.916	n/a	n/a	n/a	n/a
Leonel Pedro	n/a	n/a	SS	1.883	n/a	n/a	n/a	n/a

Não existem outros montantes pagos por relações de domínio ou de grupo, nem de qualquer participação em lucros ou prémios, nem de qualquer indemnização.

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	10.000	369	9.631

As remunerações auferidas pelos elementos da Mesa da Assembleia Geral estão refletidas no quadro da página 8.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. A Metro Mondego rege-se pelo Código da Contratação Pública (aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro) e demais normas e diplomas atinentes.

Nesse sentido, tem já implementado, nos termos da lei, uma plataforma eletrónica de contratação pública pelo que procede às publicitações, nos termos exigidos pela lei, das relações contratuais com terceiros.

No que respeita aos ajustes diretos, a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, observando, com variações pontuais consoante os casos, comparações entre mais do que um fornecedor e prestadores de serviço. No decorrer do exercício não há aquisições ou prestação de serviço que alcancem 1 milhão de euros. O único montante mais próximo deste valor é de uma prestação com o total de 784.786 mil euros (inclui IVA) e diz respeito à operação de Serviços Alternativos no Ramal da Lousã.

Todas as transações são objeto de controlo financeiro e de execução pelo Departamento Responsável pela despesa bem como pelo DAF, sendo ainda verificado a taxa de execução face ao orçamento. Acresce ainda o facto de o software de gestão (ERP) disponibilizar os mapas de execução face ao orçamento, por *workorder* e com informação do último fecho mensal (efetuado até ao dia 15 do mês seguinte).

Nos procedimentos de contratação de bens e serviços, e demais contratos tenta-se, sempre que possível, realizar comparação ao nível da qualidade, preço, tempo e experiência.

Os FSE's em 2015 ascenderam a 115.988€ onde os seguintes fornecedores têm um custo associado superior a 5%:

Renda Edifício Sede	Herdeiros Prof. Ibérico Nogueira	35.641€
Assessoria Informática	Enso-origins	13.800€
Assessoria Jurídica	Dr. Rafael Reis	20.423€
Revisão de Contas	Dr. Gonçalves Mendes	9.631€
Seguro de Saúde	Lusitânia Seguros	5.965€

2. Resultante da interrupção do serviço ferroviários a partir de Dezembro de 2009, para a execução das empreitadas de infraestrutura de Miranda do Corvo/Serpins e Alto S. João/Miranda do Corvo, dando cumprimento ao nº 2 do art.º 6 do DL 226/2004 de 6 de Dezembro², a CP tem contratado os Serviços Alternativos previstos, e a Metro Mondego mantém transações relevantes com esta entidade.

² “Cabe à Metro Mondego assegurar a realização de transportes alternativos durante a fase de construção e implementação do sistema objeto de concessão, até à entrada em funcionamento deste”.

9. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

A Metro Mondego, enquanto concessionária do Sistema de Metro Ligeiro, tem vindo a desenvolver um vasto conjunto de ações tendo em vista a promoção da competitividade e rentabilidade socioeconómica do projeto, procurando garantir desta forma uma boa utilização dos bens públicos nele investidos. Destacam-se em particular as seguintes ações:

- Acompanhamento da execução de todos os estudos e projetos necessários, com a preocupação de que seja sempre procurada a melhor solução para o sucesso do projeto tendo sido tida particular preocupação em, de forma integrada e sustentada, otimizar as soluções, seja ao nível da redução de custos da infraestrutura (do traçado, localização das estações e sua integração funcional, equipamento e materiais), do material circulante (especificações técnicas a adotar e/ou cedência), das medidas (em articulação com as autarquias) de ordenamento, acessibilidade e do aumento da procura (incluindo integração com os outros modos de transporte/operadores) e plano de exploração, bem como da procura e garantias de fontes de financiamento;
- Acompanhamento das obras realizadas/em curso e sua manutenção, bem como da gestão e conservação do património (terrenos e prédios);
- Estudo das soluções técnicas mais adequadas à futura Linha do Hospital com particular preocupação com a estabilização das soluções na sensível e importante área (do ponto de vista patrimonial e histórico) do centro histórico, em particular na área reconhecida como património da humanidade, classificado pela Unesco em 2013), onde tem havido um esforço particular em reduzir os riscos de derrapagem temporal e financeira do projeto decorrentes de imprevistos achados arqueológicos ao longo do canal;
- Os estudos e projetos realizados para o SMM foram avaliados na sua componente ambiental nomeadamente através da análise dos estudos de impacto ambiental e da obtenção das Declarações de Impacte Ambiental, no âmbito do projeto. Também os projetos de execução foram validados pelas entidades respetivas na sua componente ambiental através da análise dos relatórios de conformidade ambiental dos projetos de execução (RECAPE).
- Também nas análises de custo benefício realizadas, a sustentabilidade económica, social e ambiental é verificada, tendo-se obtido valia positiva da conjugação de todos os fatores envolvidos.
- Desenvolvimento de todo um conjunto de estudos estratégicos quer ao nível da estimação da mobilidade e procura potencial e de identificação e proposição de estratégias para a sua maximização, quer ao nível dos previsíveis custos de exploração do sistema.

O cumprimento dos objetivos pretendidos ou estimados do projeto não puderam ainda ser verificados em virtude da implementação do projeto ter sido interrompida.

Por outro lado, apesar de ainda não se encontrar em operação, a Metro Mondego já assumiu compromissos ao nível do desenvolvimento sustentável. Em 13 de Maio de 2005, na presença da Gestora da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP) para o desenvolvimento sustentável, a Metro Mondego tornou-se signatária da Carta para o desenvolvimento sustentável. A carta constituiu um compromisso voluntário mas mensurável, assumido pelos membros da UITP para implementar métodos de desenvolvimento sustentado nas suas organizações. Em 2007, a referida gestora da UITP, expressou o desejo da Metro Mondego incluir no caderno de encargos do seu projeto medidas que promovam o desenvolvimento sustentável, pois caso isso aconteça, o Sistema de Mobilidade do Mondego será considerado um dos metros mais verdes da Europa.

Não obstante a situação e limitações atuais, do ponto de vista económico, a Metro Mondego também olha para o interior da organização, através do incentivo prestado na valorização individual dos seus colaboradores. Promove a frequência de ações de formação que lhes acrescenta valor mas que também melhora as perspetivas de desempenho diário das funções que exercem. Esta promoção encontra-se condicionada na mesma medida da indefinição do projeto, aplicando a contenção de custos e recorrendo apenas a formações estritamente necessárias e urgentes.

A Metro Mondego é uma empresa de muito reduzida dimensão, atualmente com 10 colaboradores dos quais 3 são do sexo feminino. Nos últimos anos, saíram, por iniciativa própria, dois elementos do sexo feminino que inclusive ocupavam dois dos 3 lugares de coordenação de departamento da empresa, tendo-se considerado estar em prática a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres. Neste âmbito, considera-se adotar um plano de igualdade quando ocorrer definição do projeto e o respetivo crescimento dos recursos humanos.

10. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A Metro Mondego não recebeu orientações ao relatório do Governo Societário de 2015 pelo que não incorporou recomendações.

A Metro Mondego, sem deixar de sublinhar os constrangimentos que a atual fase de reanálise dos termos de realização do projeto e tendo em conta a reduzida dimensão da empresa bem como as especificidades envolvidas, considera exercer com satisfação o cumprimento dos Princípios de Bom Governo.

Coimbra, 17 de março de 2017

O Conselho de Administração

Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo

Eng.º Leonel Serra Nunes Pedro

Eng.º Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira

11. ANEXOS DO RGS

- 1 - Declarações de Incompatibilidades do Conselho de Administração
- 2 - Atas das Assembleias Gerais de 2016
- 3 - Sínteses Curriculares
- 4 - Ata de aprovação do RGS em Conselho de Administração
- 5 - Declaração dos membros do Conselho de Administração
- 6 - Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 7 - Critérios de Avaliação do Administrador Executivo da Metro-mondego, S.A.

1 - Declarações de Incompatibilidades do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO

Eu, João José Nogueira Gomes Rebelo, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro Mondego, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 17 de março de 2017



DECLARAÇÃO

Eu, Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro Mondego, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 17 de março de 2017



DECLARAÇÃO

Eu, Leonel Serra Nunes Pedro, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro Mondego, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 17 de março de 2017



2 - Atas das Assembleias Gerais de 2016

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 2


ATA 54

**REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
 METRO-MONDEGO S.A.**

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, pelas dez horas e trinta minutos, na sede social sita na Rua Rodrigues Gusmão, 21, em Coimbra, teve lugar a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da sociedade anónima denominada Metro Mondego, S.A., com o número de pessoa coletiva 503 671 320 e com o capital social de 1.075.000,00€.

A Mesa da Assembleia foi ocupada pelos seus titulares eleitos, senhor Luís Miguel Correia Antunes, Presidente da Mesa, senhor Eng.º Paulo Jorge Carvalho Leitão, Vice-Presidente da Mesa, assistidos pela senhora Dra. Sónia Serrano Pujalräs, Secretária da Mesa.

Organizada a lista de presenças que nesta ata se dá por reproduzida, nela se regista a presença de todos os acionistas da sociedade, a saber: Estado Português, detentor de 53% (cinquenta e três por cento) do capital social, representado pelo senhor Dr. Carlos Alberto; Município de Coimbra, detentor de 14% (catorze por cento) do capital social, representado pelo senhor Dr. Manuel Machado; Município da Lousã, detentor de 14% (catorze por cento) do capital social, representado pelo senhor Dr. Luís Miguel Correia Antunes; Município de Miranda do Corvo, detentor de 14% (catorze por cento) do capital social, representado pelo senhor Dr. Miguel Baptista; Infraestruturas de Portugal, S.A., detentora de 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) do capital social, representada pelo senhor Dr. Maria Rita Carvalho Fonseca; CP - Comboios de Portugal, E.P.E., detentora de 2.50% (dois vírgula cinquenta por cento) do capital social, representada pelo senhor Eng.º Vítor Manuel Soares Martins da Silva.

Estavam, ainda, presentes os membros do Conselho de Administração da Metro Mondego, os senhores Eng.ºs João José Nogueira Gomes Rebelo, Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira e Leonel Serra Nunes Pedro.

A presente assembleia foi realizada com a seguinte Ordem de Trabalhos:---

1. Informações;-----
2. Apreciação e Deliberação do Relatório e Contas de 2015:-----
 - a. Apreciação e deliberação sobre o relatório de gestão e contas relativo ao exercício de 2015;-----
 - b. Apreciação e deliberação do relatório societário relativo ao exercício de 2015; ---

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 3

- c. Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;-----
 d. Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;-----
 3. Apreciação e Deliberação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016;-----
 4. Eleição dos órgãos sociais (tríénio 2015-2017)-----
 5. Abertura do canal da Baixa de Coimbra-----
 5.1. Apreciação e Deliberação da proposta de Protocolo com a CMC para a realização de obras no canal-----
 6. Outros assuntos:-----

Após a abertura da sessão pelo Senhor Presidente da Mesa, entrou-se no **primeiro ponto** Ordem de Trabalhos, Informações, tendo sido dada a palavra ao Conselho de Administração da Metro-Mondego que, na pessoa do Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo, apresentou um documento designado "Informação/Comunicação Inicial da Administração" à assembleia, que aqui se dá por reproduzido, e se anexa à presente ata. Neste documento faz-se o ponto da situação sobre o desenvolvimento do projeto e dele se destacam as situações que preocupam o CA que se encontram sistematizadas no documento. O CA termina o mesmo expressando em resumo que: *"Mais do que a satisfação das promessas repetidas, a cidade e a região precisam de ver repostas e melhoradas as condições de mobilidade e o funcionamento de um sistema que possa ser fiável e eficaz, atrativo e integrador - entre os vários modos de transporte e entre as políticas de mobilidade e de ordenamento do território. Permitimo-nos destacar o facto de o trabalho desenvolvido ter adotado desde o início aqueles objetivos, podendo, em algumas matérias, ser considerado exemplar [cf. com os Memorandos e Protocolos aprovados, em conjunto, com os municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, como com a CIM da Região de Coimbra].* -----

Os transportes alternativos, anunciados para dois anos, já em muito ultrapassados, não têm naturalmente a mesma capacidade de atração e fiabilidade.-----

É nossa convicção que para ultrapassar o atrás referido sentimento de desconfiança e frustração, será necessário passar objetiva e decididamente à ação.

Estamos certos que o Governo está empenhado na concretização do projeto do SMM.-----

Mas existem momentos em que sentimos o dever de afirmar as nossas convicções (e dúvidas), sem deixar de reafirmar e assumir a nossa responsabilidade e disponibilidade para apoiar a adoção e realização da solução.-----

Por tudo isto renovamos a expectativa da relevância que a Assembleia Geral terá face às decisões que possam vir a ser tomadas quanto à definição do

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 4

desenvolvimento do projeto, considerando a oportunidade de serem anunciados e apresentada a solução, o investimento a realizar e o novo calendário para a sua concretização. -----

Por fim gostaríamos de salientar que sempre procurámos favorecer a criação de condições para a concretização do projeto e reafirmar que a sociedade MM tem uma pequena estrutura, que reputamos de elevada capacidade técnica e possuiu um conhecimento ímpar e que não poderá deixar de ser aproveitado. Têm estes colaboradores demonstrado ao longo destes anos, na generalidade, uma motivação e capacidade técnica e de resposta às solicitações que devem ser assinaladas, que como já se referia em anos anteriores "se poderá perder com a paragem das obras e indesejadas indefinições quanto ao futuro do projeto".-----

Queremos reafirmar que o tempo para as indefinições atuais sejam superadas - e a adoção de uma solução técnica eficaz, garantia de financiamento e calendário de execução do SMM - se encontra muito limitado, acreditando que todos estão ativamente empenhados na sua rápida superação."-----

O representante do Município de Coimbra, após a informação e esclarecimentos contidos na nota inicial apresentada pelo CA, tomou a palavra para afirmar que apesar dos esforços desenvolvidos a Metro-Mondego continua sem transportar ninguém, no que foi secundado pelo representante do município da Lousã. -----

Entrou-se, de seguida, no **ponto dois** da ordem de trabalhos, "**Aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2015**", na sua alínea a) "**Apreciação e deliberação sobre o relatório de gestão e contas relativo ao exercício de 2015**".

O CA apresentou sumariamente o Relatório e Contas, Relatório Societário e proposta de aplicação de resultados, colocando-se à disposição para a prestação de quaisquer esclarecimentos complementares, eventualmente, considerados necessários.-----

Tendo-se colocado o ponto a votação o representante do Estado emitiu a seguinte declaração de voto: "*Votar favoravelmente a aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício de 2015, atenta a opinião favorável expressa na Certificação Legal das Contas e o Parecer do Fiscal Único.*" O ponto foi **aprovado por unanimidade.**-----

Passou-se ao **ponto 2 alínea b)** Apreciação e deliberação do relatório societário relativo ao exercício de 2015, tendo o senhor Presidente do Conselho de Administração tomado a palavra para reiterar a ideia de que o governo societário aguarda orientação clara sobre projeto da empresa, que se encontra, como é do conhecimento de todos, numa situação peculiar e isso deve ser destacado.-----

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 5

Relativamente a esta questão o representante do Estado emitiu a seguinte declaração de voto: *“Propor e votar favoravelmente a deliberação deste ponto, atenta a recomendação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, de que cumpre a generalidade das orientações aplicáveis no que concerne ao exercício de 2015.”* O ponto foi aprovado por unanimidade.-----

Passando-se ao **ponto 2 alínea c)** Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados, foi votada favoravelmente por unanimidade a proposta do Conselho de Administração, bem como do representante do acionista Estado, no sentido de que o resultado líquido negativo de 20.236,70 € (Vinte mil, duzentos e trinta e seis euros e setenta centimos), deva ser levado à conta de Resultados Transitados para compensação de futuros exercícios. -----

Passando ao **ponto 2 alínea d)**, procedeu-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, tendo o representante do Estado proposto um voto de confiança nos órgãos de administração e fiscalização da sociedade e em cada um dos seus membros.-----

O representante do Município de Coimbra tomou a palavra para dizer que embora o projeto se mantenha num impasse, tal é responsabilidade da administração central e não do CA, pelo que nenhuma responsabilidade pode ser assacada ao CA nesta matéria. Espera-se que a situação seja alterada e que a mm a médio prazo a sociedade passe a transportar pessoas. O voto foi aprovado por unanimidade.-----

Passou-se, de seguida, ao **ponto 3**, Apreciação e deliberação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016, tendo o representante do Estado proposto e votado favoravelmente, no que foi acompanhado pelos representantes da IP e da CP, a suspensão desta Assembleia Geral e marcar o seu reinício em data a articular entre os acionistas e os membros dos órgãos sociais, nos termos do disposto no artigo 387º do Código das Sociedades Comerciais.-----

Os representantes das autarquias votaram todos contra esta proposta de suspensão, tendo expressado a sua opinião de que esta proposta constitui mais uma obstrução à prossecução dos objetivos da Metro Mondego.-----

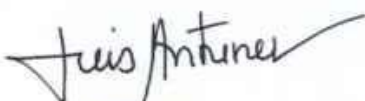
Como contasse com a maioria de votos favorável a assembleia foi suspensa, tendo-se marcado o seu reinício para dia 23 de junho pelas 10h30.-----

Nada mais havendo a tratar e deliberar, foi encerrada a sessão pelas 12 horas, sendo lavrada a presente acta que, por ser o relato fiel e verdadeiro, vai ser assinada pelos senhores Presidente, Vice-Presidente e Secretária da Mesa desta Assembleia.-----

Metro-Mondego, S.A.
Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 6

O Presidente: 

O Vice-Presidente: 

A Secretária:

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 7

ATA 55

REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA METRO-MONDEGO S.A.

Aos vinte três dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas dez horas e trinta minutos, na sede social sita na Rua Rodrigues Gusmão, 21, em Coimbra, teve lugar a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da sociedade anónima denominada Metro Mondego, S.A., com o número de pessoa coletiva 503 671 320 e com o capital social de 1.075.000,00€.

A Mesa da Assembleia foi ocupada pelos seus titulares eleitos, senhor Luís Miguel Correia Antunes, Presidente da Mesa, senhor Eng.º Paulo Jorge Carvalho Leitão, Vice-Presidente da Mesa, assistidos pela senhora Dra. Sónia Serrano Pujalrás, Secretária da Mesa.

Organizada a lista de presenças que nesta ata se dá por reproduzida, nela se regista a presença de todos os acionistas da sociedade, a saber: Estado Português, detentor de 53% (cinquenta e três por cento) do capital social, representado pelo senhor Dr. Carlos Manuel da Silva Alberto; Município de Coimbra, detentor de 14% (catorze por cento) do capital social, representado pela senhora Dr.ª Rosa Reis Marques (Vice Presidente da CM); Município da Lousã, detentor de 14% (catorze por cento) do capital social, representado pelo senhor Dr. Luís Miguel Correia Antunes; Município de Miranda do Corvo, detentor de 14% (catorze por cento) do capital social, representado pelo senhor Dr. Miguel Baptista; Infraestruturas de Portugal, S.A., detentora de 2,50% (dois virgula cinquenta por cento) do capital social, representada pelo senhor Dr. Maria Rita Carvalho Fonseca; CP - Comboios de Portugal, E.P.E., detentora de 2.50% (dois virgula cinquenta por cento) do capital social, representada pelo senhor Eng.º Vítor Manuel Soares Martins da Silva.

Estavam, ainda, presentes os membros do Conselho de Administração da Metro Mondego, os senhores Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo, Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira e Leonel Serra Nunes Pedro.

O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que se encontrava representada a totalidade do capital social da sociedade, declarou aberta a assembleia, suspensa na antecedente sessão de 18 de Maio. A sessão havia sido suspensa após a deliberação dos pontos 1 e 2 alíneas a), b), c) e d), restando os seguintes pontos constantes da Ordem de Trabalhos para deliberar:

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 8

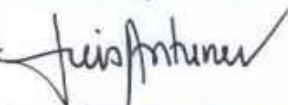
3. Apreciação e Deliberação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016;-----
 4. Eleição dos órgãos sociais (triénio 2015-2017)-----
 5. Abertura do canal da Baixa de Coimbra-----
 5.1. Apreciação e Deliberação da proposta de Protocolo com a CMC para a
 realização de obras no canal-----
 6. Outros assuntos:-----

Após a abertura da sessão pelo Senhor Presidente da Mesa e antes de se entrar na ordem de trabalhos o representante do Estado propôs e votou favoravelmente, no que foi acompanhado pelos representantes da IP e da CP, a suspensão desta Assembleia Geral e marcar o seu reinício em data a articular entre os acionistas e os membros dos órgãos sociais, nos termos do disposto no artigo 387º do Código das Sociedades Comerciais.-----

Como contasse com a maioria de votos favorável a assembleia foi suspensa, tendo-se marcado o seu reinício para dia 6 de setembro pelas 10h30.-----

Nada mais havendo a tratar e deliberar, foi encerrada a sessão pelas 10h45 horas, sendo lavrada a presente ata que, por ser o relato fiel e verdadeiro, vai ser assinada pelos senhores Presidente, Vice-Presidente e Secretária da Mesa desta Assembleia.-

O Presidente:



O Vice-Presidente:



A Secretária:

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 9

ATA 56

REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA METRO-MONDEGO S.A.

Aos seis dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, pelas dez horas e trinta minutos, na sede social sita na Rua Rodrigues Gusmão, 21, em Coimbra, teve lugar a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da sociedade anónima denominada Metro Mondego, S.A., com o número de pessoa coletiva 503 671 320 e com o capital social de 1.075.000,00€.

A Mesa da Assembleia foi ocupada pelos seus titulares eleitos, senhor Luís Miguel Correia Antunes, Presidente da Mesa, senhor Eng.º Paulo Jorge Carvalho Leitão, Vice-Presidente da Mesa, assistidos pela senhora Dra. Sónia Serrano Pujalrás, Secretária da Mesa.

Organizada a lista de presenças que nesta ata se dá por reproduzida, nela se regista a presença de todos os acionistas da sociedade, a saber: Estado Português, detentor de 53% (cinquenta e três por cento) do capital social, representado pela senhora Dra. Luísa Maria Rosário Roque; Município de Coimbra, detentor de 14% (catorze por cento) do capital social, representado pelo senhor Dr. Manuel Machado; Município da Lousã, detentor de 14% (catorze por cento) do capital social, representado pelo senhor Dr. Luís Miguel Correia Antunes; Município de Miranda do Corvo, detentor de 14% (catorze por cento) do capital social, representado pelo senhor Dr. Miguel Baptista; Infraestruturas de Portugal, S.A., detentora de 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) do capital social, representada pelo senhor Dr. Maria Rita Carvalho Fonseca; CP - Comboios de Portugal, E.P.E., detentora de 2.50% (dois vírgula cinquenta por cento) do capital social, representada pelo senhor Eng.º Vitor Manuel Soares Martins da Silva.

Estavam, ainda, presentes os membros do Conselho de Administração da Metro Mondego, os senhores Eng.ºs João José Nogueira Gomes Rebelo, Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira e Leonel Serra Nunes Pedro.

O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que se encontrava representada a totalidade do capital social da sociedade, declarou aberta a assembleia, suspensa na antecedente sessão de 23 de junho que por sua vez era a continuação da assembleia convocada para dia 18 de maio de 2016. A sessão precedente havia sido suspensa antes de se entrar na ordem de trabalhos, faltando deliberar os seguintes pontos constantes da Ordem de Trabalhos:

3. Apreciação e Deliberação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016;-----

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 10

4. Eleição dos órgãos sociais (triénio 2015-2017)-----
5. Abertura do canal da Baixa de Coimbra-----
- 5.1. Apreciação e Deliberação da proposta de Protocolo com a CMC para a realização de obras no canal-----
6. Outros assuntos:-----
- Após a abertura da sessão pelo Senhor Presidente da Mesa, entrou-se na ordem de trabalhos, passando-se para o **ponto 3**, "Apreciação e Deliberação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016", tendo a representante do Estado proposto e votado favoravelmente a não deliberação deste ponto, por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito. Votaram favoravelmente a IP e a CP.-----
- O representante de Coimbra, no que foi secundado pelo da Lousã, pediu a palavra para indagar se perante esta ausência de deliberação estariam reunidas as condições necessárias do ponto de vista técnico legal para a MM continuar a sua atividade?--
- O senhor Presidente do Conselho de Administração esclareceu que não é a primeira vez que este cenário se verifica. O orçamento e plano de atividades estão inscritos no Ministério das Finanças. Embora considere a aprovação do plano importante para as atividades, até porque a parte do anexo que contempla as necessidades para o relançamento do projeto não está inscrita, tal não impede o funcionamento da MM.-----
- Perante esta resposta o representante do município da Lousã considerou que embora do ponto de vista legal o funcionamento está assegurado, do ponto de vista prático está dificultado.-----
- A representante do Estado esclareceu que não havia ainda parecer da unidade técnica e que o assunto se encontra para despacho na secretaria de estado, mas independentemente desse parecer o facto de a MM ter o orçamento inscrito na Direção Geral do Orçamento não inviabiliza a atividade corrente.-----
- O senhor Presidente do Conselho de Administração afirmou não ter recebido ainda nenhum pedido de mais informação, sendo tal facto confirmado pela representante do Estado que afirmou que iria receber.-----
- Todos os representantes das autarquias manifestaram a sua discordância em relação à não deliberação deste ponto, tendo o representante de Coimbra afirmado que embora não concorde não tem alternativa. O sistema de mobilidade do Mondego não está a funcionar.-----
- Dados os votos o Presidente da Mesa declarou adiada a apreciação do ponto 3.----
- Entrando-se no **Ponto 4**, "Eleição dos Corpos Sociais", a representante do estado propôs e votou favoravelmente a não deliberação deste ponto por não estarem reunidas as condições para o efeito. IP e CP secundaram a posição do Estado.-----

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 11

O representante de Coimbra afirmou não haver sequer lugar a votação, se não estão reunidas as condições não se pode votar nem a favor nem contra, não há sequer proposta.-----

O Presidente da Mesa declarou então que por não estarem reunidas as condições é deliberado adiar a eleição dos corpos sociais nos termos da proposta do acionista Estado.-----

Entrou-se no **ponto 5** da ordem de trabalhos, "Abertura do canal da Baixa de Coimbra [Protocolo]"-----

O representante de Coimbra tomou a palavra para afirmar que o ponto mais importante é que o sistema de mobilidade funcione. No centro de Coimbra foram feitas demolições colossais em área inserida na zona classificada como património da humanidade, e não está a ser utilizado para os fins propostos. A marginalidade instalou-se, há pontos críticos associados à toxicodependência e assaltos, deixou de ser uma zona de intensa circulação pedonal porque a população tem medo. Isto é património de que somos responsáveis o que aumenta a gravidade do que se está a passar, não prestigia a MM, pelo contrário. A Câmara decidiu, em articulação com a MM, abrir negociações para que seja possível instalar o perfil da via central, embora sem a instalação de carris, possibilitando a abertura do canal ao trânsito rodoviário e a pedonalização da Rua da Sofia. Existe um compromisso do Estado Português com a Unesco, relativamente à pedonalização da Rua da Sofia, caso esta operação se candidate a fundos comunitários, permite a majoração da MM. A Câmara assume por a funcionar a via central, respeitando as condicionantes de circulação da MM, lançando o concurso e suportando o encargo desse projeto. O protocolo corresponde àquilo que se pretende implementar, fazer a via central do canal para acolher os veículos, procurando minorizar o dano gravíssimo que a operação MM fez lá. As pessoas na cidade têm raiva do que está a acontecer, a Rua Direita está incontrolável, já nem a polícia consegue tomar conta daquilo, o Município arranca por sua conta e demasiado risco mas o futuro dirá.-----

Em seguida tomou a palavra o senhor Presidente do Conselho de Administração para confirmar as palavras do representante de Coimbra no que reporta às razões e objetivos do Protocolo proposto, sublinhando que o projeto do SMM já prevê uma faixa de circulação viária e pedonal para o canal e a área é objeto de reabilitação urbana, para que foram realizados estudos pela SRU, pela Metro Mondego e pelo município (ARU). Trata-se de atingir este objetivo reconhecendo que há vantagens mútuas. O documento corresponde ao que foi articulado entre a Câmara de Coimbra e a MM e respeita a solução que está prevista no projeto do MM, apenas haverá necessidade de intervenção a nível do tratamento superficial quando o

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 12

projeto for implementado, mas tudo o resto está assegurado, trata-se de uma antecipação do projeto do SMM.-----

Tomando a palavra o representante do município de Miranda do Corvo afirmou que a abertura do canal da baixa de Coimbra é prioritário, Miranda do Corvo é solidário com as dores causadas pelos danos com o atraso do projeto. Coimbra assume os custos desta intervenção, somos favoráveis à proposta e está salvaguardado o projeto, seja qual for a solução final, passe por carris ou não e que a via central avance.-----

O representante do município da Lousã declarou estar também solidário com as diligências que Coimbra tem desenvolvido e conscientes que é necessário resolver esta questão, salientou a importância para a cidade enquanto património da humanidade e futuramente para o projeto de mobilidade.-----

Seguidamente e por iniciativa do município de Coimbra propôs-se a alteração da cláusula 10 cuja redação em vez de ser "...com vedação (rede) idêntica à atualmente existente no local (Rua Direita)", passa a ser "...com a vedação que se revelar mais adequada".-----

Entrando no **ponto 5.1. "Apreciação e Deliberação da proposta de Protocolo com a CMC para a realização de obras no canal"**, a representante do Estado propôs votar favoravelmente a proposta de Protocolo com a Câmara Municipal de Coimbra para a realização de obras no canal, que se junta à presente ata e dela faz parte integrante, e mandar a Sociedade Metro do Mondego para proceder à assinatura do mesmo.-----

A representante do Estado prestou ainda as seguintes informações adicionais, "Reiterar o que ficou estabelecido na Assembleia Geral da Metro Mondego realizada em 29.05.2015 sobre a participação no "Fundo Imobiliário (FundBox) da SRU Coimbra", a saber: 'Manifestar o acordo de princípio à alienação das parcelas sobrantes da MM e participação no «Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana – Coimbra Viva I» (FundBox) condicionado a que o valor da alienação não seja inferior à totalidade de encargos incorridos pela Metro Mondego, SA, com as parcelas sobrantes, designadamente, custos de expropriações, indemnizações, demolições e encargos financeiros decorrentes. A decisão final deverá ser deliberada após serem conhecidos os termos finais desta operação."-----

A proposta foi aprovada por unanimidade com a recomendação e com as informações complementares do Estado. O Senhor Presidente da Mesa informou que o único objeto de deliberação é o protocolo e os dois mandatos associados ao protocolo.-----

Metro-Mondego, S.A.
 Rua Rodrigues de Gusmão, nº21
 3000-345 Coimbra C.A.E.: 63210 N.I.F.: 503671320
 Mat. 6396 de 1996.06.17 em Coimbra Cap.: EUR 1075000

ATAS

Folha 13

Seguidamente deu-se uma troca de informações e esclarecimentos entre os presentes sobre o valor das parcelas e a avaliação das mesmas.-----

Os representantes das autarquias expressaram o seu desejo de que não haja mais adiamentos ao projeto e que o Estado no prazo que fixou apresente os resultados que agora são solicitados ao LNEC, esperando que o estudo e as suas conclusões sejam adequadas ao desenvolvimento do projeto que urge colocar no terreno.-----

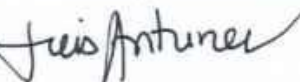
Ao pedido do representante da autarquia de Miranda do Corvo para se marcar assembleia geral extraordinária em fevereiro de 2017 para analisar o estudo, os presentes responderam que talvez uma reunião bastaria para tal.-----

Entrou-se seguidamente no ponto 6, "Outros assuntos", tendo o representante de Coimbra inquirido a representante da IP, uma vez informado que seria da IP a responsabilidade do canal entre Coimbra A e B, dado o município receber queixas sobre o abandono do troço onde há matagal e bichos. A representante da IP tomou nota da pergunta e ficou de a transmitir superiormente.-----

O representante da Lousã deu nota das queixas que chegam sobre a degradação do serviço dos transportes alternativos, tanto relativo à qualidade das viaturas como da conduta dos condutores, solicitando que sejam feitas diligências no sentido de regularizar a situação. Falou igualmente da degradação evidente dos investimentos realizados no conselho da Lousa e dos interfaces que são alvo de vandalismos e deterioração pelo tempo, é urgente implementar medidas que estanquem esta degradação. Quis salientar os prejuízos causados à Lousã pelo adiamento da MM, e das expectativas defraudadas ao longo do tempo.-----

Nada mais havendo a tratar e deliberar, foi encerrada a sessão pelas 12h00 horas, sendo lavrada a presente ata que, por ser o relato fiel e verdadeiro, vai ser assinada pelos senhores Presidente, Vice-Presidente e Secretária da Mesa desta Assembleia.

O Presidente:



O Vice-Presidente:



A Secretária:

3 - Sínteses Curriculares

Membros da Mesa da Assembleia-Geral

Presidente – Luís Miguel Correia Antunes

Data de Nascimento: 31 de Março de 1975

Habilitações Académicas:

Frequenta o Curso de Gestão de Empresas na Faculdade de Economia de Coimbra.

Atividade Profissional:

É desde novembro de 2011 Presidente da Câmara Municipal da Lousã.

É desde novembro de 2012 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro-Mondego, S.A..

É desde 2012 Presidente do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte I.

Entre 2005 e 2011 foi Vereador a tempo inteiro e Vice-presidente da Câmara Municipal da Lousã.

Foi, de 1999 a 2005, Vereador em regime de meio tempo da Câmara Municipal da Lousã.

É desde novembro de 2011 Presidente da Assembleia Geral da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto – ADXTUR.

Entre 2004 e 2010 foi Vogal não executivo Região de Turismo do Centro.

Entre 2002 e 2005 foi Vogal da Direção Associação de Municípios do Vale do Ceira e Dueça.

De 1999 até 2002 foi Representante da Câmara Municipal na Associação DUECEIRA.

Vice-Presidente - Paulo Jorge Carvalho Leitão

Data de Nascimento: 9 de Março de 1980

Habilitações Académicas:

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra em 2006.

Possui diploma em Estudos Pós-graduados MBA para Executivos pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 2012.

Atividade Profissional:

Vereador sem pelouro da Câmara Municipal de Coimbra desde 2013.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra de 2009 a 2013, em regime de permanência, com os pelouros do Planeamento, Urbanismo, Obras Municipais, Trânsito e Apoio às Freguesias.

Em representação da C. M. Coimbra exerceu, entre outras as funções de:

- Presidente da RUAS-Associação Univer(s)cidade, no âmbito da Candidatura da Universidade Alta e Sofia a Património da Humanidade;
- Vogal do Conselho de Administração da SRU;
- Vogal do Conselho de Administração do IPARK.

Técnico Superior na Águas do Mondego, SA (2008 a 2009).

Técnico Superior na Engidro Estudos de Engenharia, Lda (2006 a 2008).

Secretário – Sónia Serrano Pujalrás

Data de Nascimento: 9 de Julho de 1968

Habilitações Académicas:

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos.

Atividade Profissional:

Desde 2000 - Técnica na Secretaria-Geral e na Direção de Desenvolvimento Organizacional da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E..

1994/2000 – Técnica no Gabinete Jurídico da Associação Industrial Portuguesa / Câmara de Comércio e Indústria – AIP / CCI.

1993/1994 – Técnica no Departamento de Administração e Pessoal da EUROAIR – Companhia Europeia de Transportes Aéreos, S.A..

1991/1994 – Exercício de advocacia em escritório de advogados.

Membros do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração – João José Nogueira Gomes Rebelo

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1955

Habilitações Académicas:

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra em 1978, especialista em Ordenamento do Território.

Possui o Curso de Defesa Nacional (1996 – 1997).

Estágio no TVA (Tennessee Valley Authority) sobre Gestão Eficiente de Recursos e Energia em Cidades.

Atividade Profissional:

Técnico Superior estagiário na ex - Hidráulica do Mondego (1979).

Técnico Superior na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais / Açores (1980).

Assessor Principal / Técnico Superior da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento regional do Centro (CCDRC) desde 1980, onde desenvolveu sucessivamente funções:

- Núcleo Regional de Coordenação (NRC) dos GAT (1980 a 1986);
- Chefe de Divisão de Estudos e Organização de Recursos Locais (1983 a 1986);
- Diretor Regional do Ordenamento do Território / DROT (1986 a 1990);
- Administrador do Projeto MEREC (1983 e 1990).
- Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (1990 a 1996);
- Diretor de Serviços do NRC/GCSAL (1999 e 2002).

Neste período participou em diversas Entidades, Comissões e Grupos de Trabalho em representação da CCDRC (ou CCRC) e do MPAT, das quais se refere:

- Comissão da Reserva Ecológica Nacional / REN (1993 a 2002);
- Delegação de Portugal na Habitat /NU (Turquia);
- Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Estudos de viabilidade técnica - económica de um metropolitano ligeiro de superfície em Coimbra / MLM (1997-2001);
- Coordenação do PROT do Centro Litoral;
- GT de Criação / revisão da legislação de OT e A, bem como de programas específicos como o PNGRP, PROSIURB, PDR, Programa Aldeias Históricas e PAI da Serra da Estrela.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra (2002 a 2009), em regime de permanência, com os pelouros do Planeamento (Plano Estratégico e PDM), Obras Particulares, Trânsito e Administração Geral e Modernização Administrativa e entre 2002-2006 das Obras Municipais e da Administração Financeira.

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra (2006 a 2009)

Em representação da C. M. Coimbra exerceu, entre outras as funções de:

- Administrador (vogal) da Sociedade Coimbra Polis;
- Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro-Mondego, S.A.;
- Vogal do Conselho de Administração da AIRC;
- Presidente da Assembleia-geral da AM do Baixo Mondego e Gândaras;
- Vogal do Conselho de Administração da SRU Coimbra Viva;
- Vogal dos Conselhos de Administração da ATC e IPN - Incubadora;
- Presidente da Mesa da Assembleia-geral do Instituto Pedro Nunes (IPN).

Em paralelo, desenvolveu atividade docente:

- CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica) - Módulos das cadeiras de "Instrumentos de Participação Pública em Gestão Urbanística", "Planeamento Territorial e Desenho Urbano" e

"Ordenamento do Território e Gestão Ambiental", dos Cursos de Especialização em Gestão Urbanística e de Administração Local;

- Escola Superior de Tecnologia de Viseu / IPV, onde tem sido responsável pela cadeira de "Políticas de Ambiente e Ordenamento do Território" da Licenciatura em Ambiente (1999 a 2002).

Membro da Ordem dos Engenheiros (CP n.º 14 807), Especialista em Ordenamento do Território, tendo sido membro da Comissão Cultural de Civil e Presidente do Conselho Disciplinar Regional / Região Centro - triénios de 1998/2000 e 2001/2003 (até Janeiro de 2002) e membro do Conselho Jurisdicional.

Vogal da Direção, não remunerado sem funções executivas, da Fundação particular de solidariedade social "Casa de Repouso de Coimbra".

Autor de diversos textos e documentos e tem participado como orador em diversas ações de formação e seminários, nomeadamente, na área do Ordenamento e Planeamento do Território.

Encontra-se desde Maio de 2010 a desempenhar funções como administrador executivo (2010-2012 e 2012-2014) e Presidente (desde 07.11.2012) da Sociedade Metro-Mondego, S.A..

Vogal não executivo - Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira

Data de Nascimento: 15 de Novembro de 1961

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Coimbra.

Atividade Profissional:

É quadro superior da Câmara Municipal de Miranda do Corvo desde 1986, onde desempenhou várias funções técnicas e de direção técnica.

De 2005 a 2013 desempenhou as funções de Chefe de Gabinete da Presidência na mesma autarquia.

De 2003 a 2005 desempenhou as funções de Delegado Regional da Delegação de Coimbra do Instituto Português da Juventude.

É, desde 2002, vogal não executivo da administração da Metro-Mondego, S.A..

Como profissional liberal desenvolveu várias consultorias na área do planeamento e do urbanismo.

Foi sócio-gerente e gestor da firma Mirangesp - Gabinete de Projectos Lda.

Foi consultor da empresa de construções António Margarido & Filhos Lda, tendo desempenhado as funções de diretor técnico da mesma.

Foi gerente da firma Quinta da Paiva - Empreendimentos Turísticos e de Habitação Lda.

Pertence à Comissão Científica / Executiva do Centro de Estudos Republicanos Amadeu Carvalho Homem.

Foi fundador do Centro Hípico de Miranda do Corvo. Foi presidente da Direção do mesmo e atualmente preside à Mesa da Assembleia Geral.

Foi fundador da Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional e é presidente do seu Conselho de Fundadores.

Foi fundador da Fundação ADFP e é vice-presidente do seu Conselho Geral.

É presidente da Direção do Mirante - Cooperativa de Informação e Cultura CRL.

É diretor do Jornal Mirante, com a Carteira Profissional de Jornalista N.º TE-293.

Vogal não executivo - Leonel Serra Nunes Pedro

Data de Nascimento: 3 de Junho de 1964

Habilitações Académicas:

1994 Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Atividade Profissional:

Metro-Mondego, S.A.

É desde novembro 2012 Administrador não Executivo.

Foi entre 2004 e 2007 Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

CP-Comboios de Portugal, E.P.E

É, desde Março 2012, Responsável do Material Circulante da CP Longo Curso e Regional. Entre 2005 e 2012 Responsável pela Gestão de Instalações e Equipamentos da CP Regional.

Entre 2001 e 2005 Responsável pelos Centros de Acompanhamento de Tráfego Ferroviário (CAT) da Zona Centro do País. (Linha da Beira Alta, Beira Baixa, Ramal da Lousã, Oeste, Alentejo, Ramal de Cáceres e Linha do Norte entre Santarém e Pampilhosa). Responsável pela resolução de situações de forte perturbação de tráfego. Responsável pelas Equipas e Postos de Revisão de Material Circulante de Coimbra, Guarda, Figueira da Foz, Entroncamento e Abrantes.

Entre 1994 e 1996 Tráfegos Agrícolas e Florestais - Direção Comercial de Mercadorias.

EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (Grupo CP)

Entre 1999 e 2001 foi Responsável da Qualidade – Grupo Oficinal da Figueira da Foz.

Entre 1996 e 1999 Gestor Operacional de Série – Região de Manutenção Centro – Entroncamento.

Fiscal Único

A **Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados S.R.O.C., Lda, (RLGM)** foi constituída em 19 de Agosto de 1993, está inscrita na lista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 116, tem a sua sede na Rua D. João de Castro, N.º 71-C 4.º Dtº., no Entroncamento. Atualmente integra três sócios Revisores Oficiais de Contas e um não revisor - Carlos António Rosa Lopes (ROC n.º 645), José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833), João Manuel Rosa Lopes (ROC n.º 1029). Os Sócios ROC são todos Mestres por Universidades Públicas Portuguesas (ISCTE), e lecionam no ensino Superior. O sócio economista está a frequentar o mestrado no IE Instituto Empresa Business School de Madrid.

A atividade da sociedade é exercida exclusivamente no âmbito do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e consiste na revisão legal das contas, na auditoria às contas e nos serviços relacionados, tais como avaliações, fusões e *corporate finance*.

A RLGM presta serviços a mais de 150 empresas, no continente, ilhas (Açores e Madeira) e Angola. Atua numa grande diversidade de sectores de atividade:

Ambiente, Agricultura, Associativismo, Comércio (aço, alimentar, automóvel e vestuário); Construção Civil e obras públicas, Indústria (calçado, cerâmica, confeções, curtumes, farmacêutica, frio industrial, material escolar, papel, plásticos e produtos químicos), Municípios e empresas municipais, Saúde (hospitais) e Serviços (Ensino, Fundações, Lares e Museus)

Encontra-se credenciada e tem prestado serviços de verificação de fundos comunitários.

Efetivo – José de Jesus Gonçalves Mendes

Data de Nascimento: 24 de Dezembro de 1956

Habilitações Académicas:

Mestre em Ciências Empresariais pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) – dissertação sobre o tema: CBA - Custeio Baseado na Atividade (2000).

Licenciado em Gestão de empresas pelo Instituto Superior de Economia (ISE) - (1980).

Atividade profissional:

1993 - ... Sócio gerente e Revisor Oficial de Contas da RLGM & A, Lda, desde a sua constituição.

Trabalhos de auditoria realizados a empresas nos mais diversos sectores de atividade e dimensão;

Auditoria e consultoria realizada junto da administração local;

Transformação e fusão de sociedades;

Implementação de sistemas de contabilidade financeira e de contabilidade e controlo de gestão.

2008 - ... Membro da Comissão da Técnica do Sector Público da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) desde 2008.

1991-2010 Professor Adjunto da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém (licença longa duração 3 anos com início em Março de 2010) – À data do início da licença, era, (desde 2000) coordenador da área de Contabilidade.

1990-1992 Responsável Administrativo e Financeiro da empresa Britaire - Britas da Serra d'Aire, Lda (grupo Terrazul)

1983-1990 Inspetor da IGF – Inspeção Geral de Finanças:

- IAL (Serviço de Inspeção às Autarquias Locais) – 1988 a 1990

- SA (Serviço de Auditoria) – integrava o grupo dos Transportes (CP, Carris, Metro, RN, STCP, TAP e Transtejo), – 1983 a 1988

1980 -1983 Diretor Financeiro da Habisocial, Lda - Barreiro

Suplente – João Manuel Rosa Lopes

Data de Nascimento: 24 de Agosto de 1954

Habilitações Académicas:

- Doutorando em Gestão, no ISCTE; Tese: “A Utilização de derivados como instrumento de cobertura de risco após a SFAS 133” (Não concluída).

- M.B.A. / Mestrado em Gestão, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial, no ISCTE 1991/92. Tese (Aprovada com ‘Muito bom’) – “A relação entre o Risco Sistemático e os Indicadores Contabilísticos de Empresas Cotadas nas Bolsas de Valores Portuguesas”.

- Frequência de Curso de Mestrado em Economia, na Universidade Nova de Lisboa, 1978/79.

- Licenciatura em Finanças, pelo ISE (actual ISEG) - Instituto Superior de Economia, com média final de 16 valores – 1971/76.

Fluência em Inglês e Espanhol;

Atividade profissional:

1998 – 2015... Revisor Oficial de Contas, Consultor de gestão de empresas.

1998 – 2011 Professor no Ensino Superior – Instituto Politécnico de Tomar

1994 – 1998 Administrador da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, S.A em representação do SULPEDIP e cuja principal missão foi executar com sucesso um processo de "Turnaround."

1990 a 1994 - Administrador da MAP - Matérias Plásticas, S.A., em Leiria.

1993 a 1994 - Professor Ensino Universitário (particular) de Gestão Estratégica.

1983 a 1989 - Director Administrativo e Financeiro da MAP-Matérias Plásticas, Lda;

1980 a 1983 - Chefe dos Serviços Administrativos na DARTLUSO (Fábrica de produtos Tupperware em Portugal), em Constância.

1979 a 1980 - Auditor na Price Waterhouse.

1977 a 1980 - Assistente da cadeira de Economia II (Microeconomia e Macroeconomia), no curso de 'Gestão de Empresas', no ISCTE.

1976 a 1977 - Professor do Ensino Secundário.

Outras atividades:

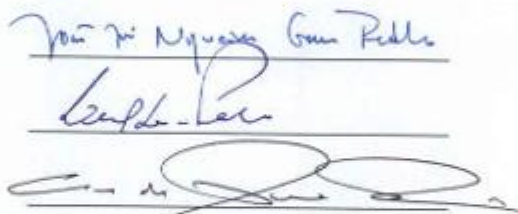
- Ex-Vogal das Comissões de Inscrição e da Responsabilidade Social Empresarial da OROC;
- Ex-Membro do Institute of Management Accountants;
- Formador da CTOC - Impostos diferidos.

4 - Ata de aprovação do RGS em Conselho de Administração

**MINUTA DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS
DE GOVERNO SOCIETÁRIO DE 2016, DO RELATÓRIO E CONTAS
DE 2016 E DA REVISÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E
ORÇAMENTO PARA 2017**

(Respeitante à ata nº 284)

No dia 17 de Março de 2017, pelas 18:00 horas, o Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A. deliberou aprovar a minuta do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário 2016, do Relatório e Contas de 2016 e da revisão do Plano de Atividades e Orçamento para 2017 dos quais, devidamente rubricados por todos os membros do referido órgão, se juntam cópia em anexo.



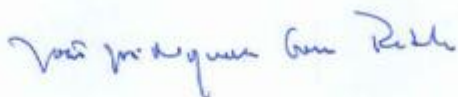
The image shows three handwritten signatures, each written over a horizontal line. The first signature is 'João M. Marques Gomes', the second is 'Luís...' and the third is 'C. de Sousa'.

5 - Declaração dos membros do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO

Eu, João José Nogueira Gomes Rebelo, declaro que, enquanto membro do Conselho de Administração da Metro Mondego, S.A., me abstenho de intervir em decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 17 de março de 2017



DECLARAÇÃO

Eu, Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira, declaro que, enquanto membro do Conselho de Administração da Metro Mondego, S.A., me abstenho de intervir em decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

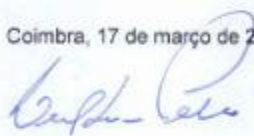
Coimbra, 17 de março de 2017



DECLARAÇÃO

Eu, Leonel Serra Nunes Pedro, declaro que, enquanto membro do Conselho de Administração da Metro Mondego, S.A., me abstenho de intervir em decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 17 de março de 2017



6 - Relatório e Parecer do Fiscal Único

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

1/2
A**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO****Senhores Acionistas:**

1. Nos termos do mandato que nos foi conferido e nas demais disposições legais e estatutárias apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, bem como sobre proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **METRO MONDEGO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.
3. Emitimos parecer favorável sobre instrumentos previsionais para o ano de 2017, embora subordinado aos constrangimentos explicitados nos pressupostos à elaboração do plano e orçamento apresentado pela empresa.
4. Analisámos as demonstrações financeiras semestrais e respetiva documentação de suporte no âmbito das nossas atribuições, tendo emitido o correspondente Relatório.
5. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração com a informação veiculada pelos demais documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
6. A empresa deu igualmente cumprimento às demais orientações legais vigentes para o SEE, designadamente as reduções remuneratórias.
7. Nos termos do disposto no artigo 7º do Estatuto do gestor público (DL nº 71/2007 de 27 de Março), os membros não executivos do órgão de administração, expressaram uma opinião positiva, sobre o desempenho individual do gestor executivo, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa.
8. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, procedemos a emissão da Certificação Legal das Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. 116 - NIPC 503 109 797
Rua D. João de Castro 71 C - 4º DLº - Apartado 148
2334 909 ENTRONCAMENTO
Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089
Email: geral@rlgm.pt • www.rlgm-sroc.com



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

2/2

9. Na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54º do Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o "Relatório de Boas Práticas de Governo Societário" cumpre os deveres de relato estabelecidos.

10. Entendemos que os documentos de prestação de contas apresentados permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **METRO MONDEGO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2016, bem como o resultado das suas operações do exercício findo naquela data.

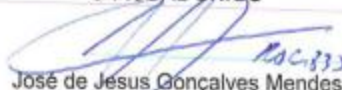
11. Nestes termos somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço, a Demonstração de resultados por natureza e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos apresentados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

12. Finalmente o Fiscal Único deseja agradecer a Administração e nos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Coimbra, 2 de Março de 2017

O FISCAL ÚNICO



José de Jesus Gonçalves Mendes

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. 116 - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4º Dt.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: geral@rlgm.pt - www.rlgm-sroc.com

7 - Critérios de Avaliação do Administrador Executivo da Metro-Mondego, S.A.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO DA METRO MONDEGO, S.A.

A avaliação do desempenho do Administrador Executivo assenta em critérios pré-determinados, constituídos pelos seguintes indicadores:

- Estratégia de gestão, tendo em vista a minimização da assunção de compromissos de investimento para além dos já estabelecidos e imprescindível;
- Redução de despesa, de acordo com a lei aplicável e as instruções da Tutela;
- Adequação da estrutura à atividade da sociedade;
- Atuação de acordo com o interesse dos acionistas e o interesse público inerente à Concessão.

Coimbra, 17 de março de 2017

Os administradores não executivos:

